Acervos coloniais: para uma leitura crítica das heranças

Mário Moutinho[1]
Reitor da Universidade Lusófona

Judite Primo[2]
Investigadora Principal da FCT e titular da Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural"

The article deals with the issue of colonial heritage in museums in Portugal, highlighting the need for museums themselves to critically think about their narratives, which in general reproduce colonial ideology. It addresses the need for this issue to be addressed within the broader framework of new public policies that favor the critique of coloniality. It considers the need to implement museological practices that favor Human Rights in light of which solutions can be found for colonial collections in public and private institutions.

Com o 25 de Abril, Portugal viu-se a braços com milhões de objetos trazidos dos territórios até então colonizados por meio de múltiplos expedientes, os quais foram armazenados em instituições públicas ou em casas particulares. Constituíram-se assim coleções privadas ou acervos que jazem nas reservas de Museus, caves de Universidades e de outras instituições. Atualmente por força de revindicações dos setores subalternizados nos países colonizadores e de instituições e forças da sociedade civil nessas ex-colónias, tem vindo a tomar nova dimensão a necessidade de encontrar solução para esta complicada herança do colonialismo.

O fim da colonização não implicou o fim da ideologia colonial e, este será talvez o maior obstáculo para um encaminhamento assertivo, assente numa compreensão crítica das questões em apreço.[3]

A relação colonial teve ao longo dos séculos diferentes paradigmas, desde questionar-se sobre a existência de alma nos povos originários da América do Sul *versus* nas pessoas escravizadas levadas de África, para trabalho forçado nas fazendas e minas de nobrezas expatriadas, colonos e jesuítas. Apesar de nunca termos tido em Portugal uma "Controvérsia de Valladolid"[4] sobre esta questão, muito fica certamente por ser lido na obra e pensamento do Marquês de Pombal, do padre António Vieira e de tantos outros personagens centrais, nas diferentes épocas do processo colonial na África, no Brasil e no Oriente.

Contudo será apenas no período que começou a seguir à Conferência de Berlim (1885) que se formou verdadeiramente uma ideologia colonial, enquanto corpo consistente de ideias estruturadas para justificar a relação colonial de ocupação de terras e dominação de povos.

Sendo esta Ideologia Colonial aquela que no essencial se mantém inalterada, apesar da relação colonial formal ter cessado, no termo da última guerra de Libertação. Guerras essas que a própria ideologia ignora, esquecendo as centenas de "Campanhas" militares levadas a cabo em Angola, Moçambique e na Guiné, particularmente entre o fim do século XIX e os anos 40 do século XX com a guerra contra os Hereros no sul de Angola ou ainda o massacre da Baixa do Cassangue, em janeiro de 1961.

A vasta e rigorosamente documentada obra de René Pellissier[5] nunca será abordada nos programas escolares, nos museus, nem em são Bento. Em lugar algum da Ideologia Colonial portuguesa, isso foi visto como expressão de resistência e luta contra a perpetuação do domínio colonial português, que se insiste até hoje como sendo uma forma própria de "colonização diferente baseada na doutrina cristã" Como dizia António Enes:

"que acostumem os indígenas a orarem a Deus na língua do Rei" ou ainda *"a empresa misericordiosa de salvar almas para Deus tem de se conciliar com a de educar corpos para o trabalho".*[6]

Não se trata de olhar o passado com os valores do presente, como tantas vezes se ouve, considerando que a relação colonial seria parte de um consenso geral. Esse consenso apenas existia na sociedade dominante, já que da outra parte, sempre houve resistência à ocupação. Mas esta nunca é tida em consideração pela ideologia colonial. Os corpos como locus de dominação, opressão e "educação" perpetuam-se na lógica da colonialidade dos nossos tempos. Basta olharmos com atenção as instituições que legitimam o Saber, como escolas e museus, que usam da "educação" para a opressão dos povos racializados. E, no entanto, a história da ocupação colonial é na verdade uma história de resistência, testemunhada pela parafernália de instrumentos de tortura sobre os corpos humanos que sempre foram o primeiro "locus" da dominação nas relações de poder, nos processos escravistas, nos processos coloniais e pós-coloniais, nas relações patriarcais, na dominação sexual e no controle de suas subjetividades e saberes, pela colonialidade contemporânea: goleiras, grilhões e grilhetas, algemas de tornozelos, pés e mãos, chicotes e açoites, troncos e pelourinhos, cepos e correntes, anjinhos, bolas de ferro e correntes, máscaras de rosto e de boca, calabouços, fortes e fortalezas onde os corpos humanos foram lugares da violência.

"O que os guardiães do consenso não fazem, pelo contrário, é explicar estas opções ou sequer admitir que elas existem enquanto tais. Possivelmente, na sua imaginação, serão autores de uma história universal e eterna: válida para sempre e em todos os lugares; imune a releituras; impérvia ao debate e acima de qualquer dúvida. E é precisamente a partir deste equívoco que emana a fraude da história consensual: querer naturalizar uma só interpretação da História como a única possível ontem, hoje e amanhã" [7].

Entre os autores que maior contributo deram para a criação de uma ideologia colonial podemos referir: Sampaio e Melo, António Enes, Adriano Moreira, Marcelo Caetano, Oliveira Salazar, Marnoco e Sousa, Ruy Ennes Ulrich, Hélio Felgas, Lourenço Cayolla, Silva Cunha, Norton de Matos, António Mendes Correia, Jorge Dias. Todos eles sustentaram a colonização com argumentações de ordem jurídica, teológica, militar, antropológica, utilitária, ou simplesmente defenderam a colonização e o direito de colonizar como fruto do "destino civilizador"[8] atribuído a Portugal.

Umas vezes mais abertamente, outras mais cinicamente, constituíram um corpo teórico consistente, sustentado nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, em Congressos, Exposições e nos Institutos e Sociedades vulgo coloniais ou ultramarinas, como a Escola Superior Colonial fundada em 1906 e mais tarde denominada por Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

Outros, sem negar ou sequer pôr em dúvida o direito a colonizar, levantaram dúvidas sobre a utilidade das colónias e dos seus fundamentos, como a chamada geração de 70 que se questionava sobre a utilidade de Portugal continuar a manter colónias em tão longínquos territórios.

Porventura - dizia Oliveira Martins - a franqueza com que estas coisas são ditas, magoará muitos ouvidos educados pelas notas ingénuas ou hipócritas da idolatria do nosso século. Com a liberdade, com a humanidade jamais se fizeram colónias-fazendas [9]

A reflexão que em boa hora o ICOM-Portugal propõe, diz naturalmente respeito à situação levantada pela questão do destino e lugar dos bens patrimoniais trazidos no essencial das colónias africanas e do Brasil, associando-se a um debate internacional sobre essas questões.

Os contextos alteraram-se desde o tempo do Marquês de Pombal e das "Viagens Filosóficas" que de filosófico, mesmo nos termos da época nada tinham, até às campanhas das missões antropológicas dos anos 50 a 70. Aliados a estes contextos temos ainda as coleções privadas constituídas ao sabor do acaso durante a última guerra contra os Direitos Humanos (vulgo Guerra Colonial) e que foram posteriormente oferecidas a museus, na medida em que a sua conservação doméstica passou a ser um gasto inútil relativamente à utilidade que poderiam ter para os "coletores"/proprietários. A estas coleções privadas acresce ainda os materiais adquiridos pelos museus a comerciantes, resultantes de negócios de contornos nem sempre transparentes.

Não pretendemos ter uma ideia conclusiva que possa resolver a questão da repatriação, nem da reparação, tal com formuladas em numerosos documentos sobre a matéria.

Repatriação por que já não são úteis para afirmar a expansão colonial e neste caso tornaram-se nos museus um encargo difícil de manter com a retração dos orçamentos públicos orientados para a "cultura". Também porque a economia que rodeia museus e exposições ainda não encontrou para esses acervos uma racionalidade económica/turística baseada no não existente interesse por parte de possíveis públicos. Repatriação por que é simplesmente legítimo devolver o que não foi obtido por mútuo e ético acordo.

Reparação pelos danos causados a pessoas e comunidades espoliadas, tanto como os danos por terem sustentado discursos e versões da história colonial contadas a partir desses acervos, exibidas como trofeus, em museus e exposições sempre de forma unilateral.

Mas no caso de Portugal o essencial dos acervos de origem colonial é relativamente recente correspondendo ao fim do século XIX e durante o século XX, sendo possível, se para isso existir vontade, identificar a sua origem e os seus legítimos proprietários.

Mas antes de pensar em repatriar seria necessário que os museus que guardam esses objetos, assumissem a necessidade de refletir sobre o processo colonial de aquisição indevida de artefactos, e sobre as suas narrativas que podem contribuir para um diálogo assertivo, ou favorecer a permanência de discursos da ideologia colonial recomposta.

A título de exemplo pensamos no Museu do Ar na Granja do Marquês que apresenta junto a um avião T-6 uma bomba de Napalm. Sobre as questões que a própria utilização deste tipo de armamento levantou e levanta na comunidade internacional o Museu não referencia ou propõe qualquer reflexão. Sobre o avião, para além de algumas informações de ordem técnica laconicamente diz-se apenas: *"Os T-6 para além da instrução e treino de pilotos cumpriram com grande eficácia missões nos teatros de operação em Angola, Moçambique e Guiné"*. Relativamente perto, numa parede uma pintura de grandes dimensões, representa o bombardeamento de uma aldeia por helicópteros e diversos tipos de aviões e claramente mostra um rastro provocado por uma ou mais bombas napalm.

Imagem1. Museu do Ar na Granja do Marquês. Sintra, novembro 2021 *Foto: Arquivo autores*

Sabemos que foi assim. Mas importa questionar: como é possível que um Museu em pleno século XXI ofereça ao seu público uma exposição que deliberadamente reproduz a ideologia colonial? Porque silencia e banaliza o que deveria ser refletido de forma crítica? Que ideia o museu transmite aos seus visitantes, às suas turmas de público escolar? Certamente não apresentam os elementos que poderiam levantar questionamentos, abrir as portas para uma postura mais humana, mais sustentada numa epistemologia decolonial[10], a fim de contribuir para a criação de um pensamento mais consentâneo com os valores da Dignidade Humana.

Quando os museus estiverem preparados para enfrentar a realidade, talvez possam encontrar as soluções adequadas, para que de forma partilhada seja encontrado um destino para as apropriações ilegítimas do tempo colonial ou para a formulação de narrativas decoloniais.

Podemos mesmo pretender que tudo o que veio dos territórios e dos povos colonizados é, em última instância, ilegítimo, pois ocorreu no âmbito de uma relação de dominação, a qual direta ou indiretamente, era uma relação de opressão.

Se não temos como alterar a realidade colonial que herdámos, podemos, no presente, lutar para a construção de uma nova relação assente no respeito mútuo. Uma relação que compreenda e tente superar, por exemplo, a subalternização dos afrodescendentes portugueses sobre a qual os meios de comunicação apenas dão conta para estereotipar, referindo no essencial os aspetos mais mediáticos de cada caso. Situação esta que está em concordância com a inconsistência dos tribunais e de toda a institucionalidade dos poderes, que por não atuarem em tempo útil, se tornam mais um elemento da indiferença que reforça a branquitude.

O devido tratamento da questão da repatriação/reparação ou simplesmente da criação de uma compreensão dos processos em apreço, não favorece uma nova leitura dessas questões tratadas no âmbito da Interseccionalidade, onde se evidencia a sobreposição das múltiplas camadas de opressão (género, raça, classe, sexualidade e outras). A abordagem interseccional nos museus é quase totalmente ausente no debate público em Portugal.[11]

É mais fácil falar do futuro museu dos descobrimentos do que das barreiras sociais provocadas por ideias racistas nas suas formas de racismo reverso ou escancarado, de subalternização, de ações xenófobas consistentemente repetidas, para condicionar a opinião pública.

Pensar as questões da restituição/reparação ou tão simplesmente, do fomento de um pensamento crítico que permita um entendimento à luz dos Direitos Humanos de todas estas questões, está longe de tomar forma sobretudo se for equacionada fora da dimensão da colonialidade do Poder[12]. A ideologia colonial dominante está aí, nos meios de comunicação social, nos tribunais, nas esquadras de polícia, na Assembleia da República, nos programas escolares[13] e nos museus.

Mas a generalidade dos museus não parece estar nem atenta, nem preparada, para participar neste processo, nem sequer para se questionar sobre as narrativas que produzem ou subcontratam a empresas externas.

Pensamos no enquadramento global da museologia normativa, que insiste em não se questionar, ou imaginar outros rumos mais consentâneos com os valores sociais que temos vindo a questionar.

Lembremos a recente iniciativa do Governo[14] em 2019 ao criar um grupo de projeto visando, *construir um programa para os «Museus no Futuro», assente numa estratégia transversal, programada e adequada às transformações sociais e económicas do País e do mundo.* Este grupo de trabalho tinha por missão *identificar, conceber e propor medidas que contribuam para a sustentabilidade, a acessibilidade, a inovação e a relevância dos museus sob dependência da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura.*

Mas os objetivos que foram delineados, iam ainda mais além pois definiam um enquadramento conceitual da maior relevância. Com efeito, o preâmbulo da referida resolução, chamava a atenção para um conjunto de entendimentos que deveriam naturalmente sustentar o pretendido programa para os Museus do Futuro. Entre outros:

Os museus são agenciadores de mudança de atitude e, por isso, devem igualmente assumir a sua responsabilidade na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados pela Organização das Nações Unidas, e concretizar os princípios da Recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 2015, relativa à Proteção e Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e Papel na Sociedade, de forma totalmente inclusiva e garantindo que todos os cidadãos se envolvam fortemente na construção de comunidades culturais ativas, resilientes e relevantes.

Sobre estas matérias de extrema importância para a conexão da museologia com os desafios societais, o relatório final queda-se mudo, não referindo uma só vez nem o lugar, nem como os museus deveriam responder aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nem como a aplicação da Recomendação da UNESCO de 2015 pelos museus em Portugal, poderia, ou melhor, deveria incorporar e fomentar a responsabilidade social dos museus.

Obviamente que tal não está vedado a nenhum museu e, pelo contrário, poderia em nosso entender, ser exatamente uma das bandeiras dos museus da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura, que pelo exemplo, poderiam não só apoiar como incentivar os outros museus do país, incluindo aqueles que já se reconhecem no quadro traçado pelas recomendações da UNESCO, como acreditam que há mais Museologia para além da curadoria de acervos. Na Recomendação da UNESCO no ponto 16 em particular é explicitado o seguinte:

Os museus são espaços públicos vitais que deveriam dedicar-se a toda a sociedade e podem, portanto, desempenhar uma função importante no desenvolvimento de laços sociais e coesão, na construção da cidadania, e na reflexão sobre as identidades coletivas. Os museus deveriam ser lugares abertos a todos e comprometidos com a acessibilidade física e cultural para todos, inclusive grupos desfavorecidos. Eles podem constituir-se como espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus devem também promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Os Estados Membros devem encorajar os museus a desempenhar todas essas funções[15].

Ou seja, a UNESCO convoca todos os países membros a tratar com um novo rigor o lugar e a função social dos museus na contemporaneidade. Assumir os museus como espaços de reflexão, debate e promoção dos Direitos Humanos, muito ajudaria a repensar as questões da herança colonial em geral, no país e nos museus.

Aos museus cabe certamente um lugar de destaque na definição de caminhos que ajudem os meios de comunicação social, os tribunais, as esquadras de polícia, a Assembleia da República e os próprios museus, para que esse debate tão necessário seja uma realidade.

Em nosso entender seria necessário que fossem tomadas medidas que favorecessem uma profunda mudança de atitudes e de compreensão em relação ao lugar que os museus deveriam assumir na "releitura do mundo" como diria Paulo Freire[16], ou seja na releitura da herança colonial perspetivando novos tipos de relacionamento mais conformes com a Dignidade Humana. Entre essas medidas necessárias, algumas serão certamente de longa duração, outras apenas dependem da vontade de quem tem os meios para intervir nas diferentes instâncias. E neste caso, cabe aos responsáveis dos Museus e corpos técnicos um lugar fundamental, olhando criticamente para o que fazem no presente, ao mesmo tempo que repensam que lugar que pretendem dar aos "seus museus" na construção de uma sociedade mais tolerante, e mais inclusiva. E neste sentido, nada impede que se trabalhe em favor da adoção de uma Política Pública para os Museus que sirva ao diálogo, aos Direitos Humanos, à compreensão das questões da interseccionalidade, da inclusão, da equidade, das acessibilidades, dos ODS e da Agenda 2030, cada vez mais prementes para a sociedade portuguesa.

O não enfrentamento destas questões essenciais, torna-se um freio à sua própria transformação para um maior compromisso da Museologia com a sociedade e, consequentemente, ao melhor encaminhamento das questões que decorrem do passado colonial.

Também na perspetiva do contexto geral da museologia em Portugal e dos seus desafios, nada impede que se promova um debate alargado, visando a adoção de uma Lei para as instituições museológicas, que substitua a atual Lei-Quadro dos Museus[17]. A atual lei, ficou muito aquém daquilo que constava no Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia, publicado em 1965. Este Regulamento, preparado no contexto atávico do Estado Novo, afirmava no seu preâmbulo:

Se o museu não for mais do que uma instituição com finalidade conservadora, poderá então qualificar-se de necrópole. É a definição que cabe aos museus privados de contacto com o mundo científico, com os artistas, com o público em geral e a juventude em particular. O museu deve ser um organismo cultural ao serviço da comunidade»[18].

Para que efetivamente os museus em Portugal sejam organismos culturais ao serviço da comunidade ou das comunidades, é necessário a adoção de uma nova Lei geral consentânea com os desafios do tempo em que vivemos, sem contraordenações nem receitas curatoriais simplificadas, mas com uma visão do caminho que os Museus podem fazer ao serviço dos Direitos Humanos.

Nada impede que se pense também a criação de uma nova rede portuguesa de museus, assente na partilha e no diálogo, que seja mais ambiciosa que a anterior RPM, cujas benfeitorias reconhecemos em particular no campo da formação, mas que na verdade nunca conseguiu mobilizar os mais de 1.000 museus[19] existentes em Portugal.

Enfim, que se promova um debate nacional que permita um mais amplo conhecimento e aprofundamento da Recomendação da UNESCO de 2015 à qual Portugal está vinculado, fornecendo assim uma visão contemporânea do lugar e da função social dos museus. Assim se poderá contribuir para encontrar os caminhos para a questão das heranças culturais e da inevitável questão do destino e múltiplos significados dos acervos coloniais. ◆

NOTAS

[1] Doutor em Antropologia Cultural (1983) pela Universidade de Paris VII-Jussieu (UNL). É arquiteto (1972) diplomado pela Escola Superior das Belas Artes de Paris (FBAUL). Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia desde2007. Coordenador do Departamento de Museologia da ULHT. Docente e Investigador na área da Sociomuseologia. Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares de Educação – CeIED. Foi signatário da Declaração de Québec. Membro Fundador, Presidente e atual Vice-presidente do MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia – MINOM-ICOM. Diretor da Revista Científica Cadernos de Sociomuseologia entre os anos de 1993 e 2017. Trabalhou no MNHN por 15 anos

[2] Doutora em Educação (2007) pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Mestre em Museologia (2000) pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Licenciada em Museologia (1996) pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Investigadora Principal da FCT e Titular da Cátedra UNESCO "Educação, Cidadania e Diversidade Cultural". Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares de Educação - CeIED e Professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Museologia - Doutoramento e Mestrado em Museologia – no Departamento em Museologia da ULHT. Diretora da Revista Científica Cadernos de Sociomuseologia. Atuou como Diretora do Departamento em Museologia da ULHT entre 2008 e 2018. Possui experiência na área da Museologia, com ênfase na Sociomuseologia, Teoria Museológica e Políticas Publicas.

[3] Mignolo, W., (2007) 'Epistemic Disobedience': the de-colonial option and the meaning of identity in politics, Cadernos de Letras da UFF nº 34, p. 287-324,

[4] A "Controvérsia de Valladolid" (1550-1551) foi protagonizada por Frei Bartolomeu de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda sobre as questões decorrentes da ocupação da América central e do Sul

[5] Ver por exemplo: Les guerres grises. Résistances et révoltes en Angola (1845-1941); La colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961); Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1918); Naissance de la Guinée. Portugais et Africains en Sénégambie (1841-1936).

[6] Enes António, (1971) Moçambique - Relatório Apresentado ao Governo, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Ed. 1946, 2ª Ed. Pp 206 e 217

[7] O padre António Vieira no país dos cordiais, Inês Beleza Barreiros, Pedro Schacht Pereira, Rui Gomes Coelho e Patrícia Martins Marcos, https://www.publico.pt/2020/02/02/sociedade/noticia/padre-antonio-vieira-pais-cordiais-eterna-leveza-anacronismo-guardiaes-consenso-lusotropical-1902135

[8] Moutinho, M., (2001) O Indígena no pensamento Colonial Português, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

[9] MARTINS, J. P. Oliveira, O Brasil e as Colónias Portuguesas, Lisboa, Parceria António Mário Pereira, 1904. P. 234

[10] Ver a obra fundadora de Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Boaventura Sousa Santos.

[11] Ver por exemplo os trabalhos de Kimberlé Crenshaw, Gloria Jean - bell hooks, Carla Akotirene, Lélia Gonzalez.

[12] Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. Perú indígena, 13(29), 11-20.

[13] Veja-se por exemplos os textos produzidos pelo Projeto 'Race' and Africa in Portugal: a study on history textbooks no âmbito do CES-UC, entre os quais Araújo, M., & Maeso, S. R. (2010). Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de História. Estudos De Sociologia, 15(28). Recuperado de https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2559

[14] Diário da República n.º 34/2019, Série I de 2019-02-18, páginas 1272 - 1274

[15] Recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 2015, relativa à Proteção e Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e Papel na Sociedade

[16] FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004

[17] Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto

[18] Diário do Governo n.º 286/1965, Série I de 1965-12-18, páginas 1696 - 1705

[19] O Panorama Museológico em Portugal. Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI, José Soares Neves (coord.), Jorge Alves dos Santos, Maria João Lima, Direção-Geral do Património Cultura, ISBN: 978-989-8052-62-9, Lisboa 2013